



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

| | |
|--------------------|--------------------------------------|
| APELAÇÃO CRIMINAL: | 0005049-67.2006.8.17.0000(0139332-4) |
| COMARCA: | SERTÂNIA |
| VARA: | 1ª VARA |
| APELANTE: | JOSÉ LUCIANO LEITE DA SILVA |
| APELADO: | MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO |
| ADVOGADO: | PAULO MARIANO MOREIRA DE CARVALHO |
| PROCURADORA: | DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ |
| RELATOR: | DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO |
| ÓRGÃO JULGADOR: | 3ª CÂMARA CRIMINAL |

EMENTA

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. CONDENAÇÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. DIMINUIÇÃO DA PENA-BASE PARA O MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NA FIXAÇÃO DA PENA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DEVIDAMENTE ANALISADAS EM OBEDIÊNCIA AO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO DE FORMA UNÍSSONA.

1 – Não há que se falar em condenação contrária a prova dos autos, se os jurados, diante das duas teses que sobressaem do conjunto probatório, optam por uma delas, exercitando, assim, a sua soberania, nos termos do art. 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição Federal.

2 – Inexiste irregularidade na fixação da pena-base acima do mínimo legal abstratamente previsto, quando foram apontados, clara e precisamente, pelo magistrado sentenciante os motivos pelas quais considerou desfavoráveis determinadas circunstâncias judiciais, justificando a fixação da pena-base em patamar superior ao mínimo legal.

3 – Recurso não provido à unanimidade.



422

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0139332-4** no qual figuram como partes: **JOSÉ LUCIANO LEITE DA SILVA** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório, voto e notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 28-05-2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO CRIMINAL: 0005049-67.2006.8.17.0000(0139332-4)
COMARCA: SERTÂNIA
VARA: 1ª VARA
APELANTE: JOSÉ LUCIANO LEITE DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO: PAULO MARIANO MOREIRA DE CARVALHO
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

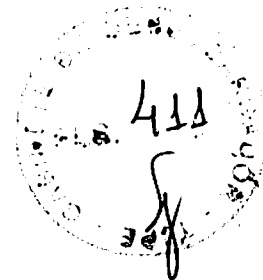
Cuida-se de Apelação interposta por **José Luciano Leite da Silva**, vulgo "**Grande**", em face da sentença de **fls.372/374**, que com fundamento na decisão proferida pelo Tribunal do Júri da Comarca de Sertânia/PE, o condenou à pena de 14 (catorze) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal.

Narra a denúncia que no dia 15/09/1999, por volta das 15 horas, no Bar da Caveira, Alto do Cemitério, Sertânia/PE, o acusado fazendo uso de uma pistola 765 desferiu vários tiros contra a vítima **Luiz Carlos Valério da Silva**, conhecido por "**Mosquito**", ceifando-lhe a vida.

Consta da peça acusatória que o motivo do crime seria o fato da vítima, por ser carente de recursos financeiros, sorver goles de bebidas nos copos do cliente do citado bar, tendo feito isso no copo do acusado, que irritado, passou a agredir fisicamente a vítima. Não satisfeito apenas com as agressões, o denunciado sacou a pistola e desferiu vários tiros na região do tórax da vítima, que mesmo cambaleando,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



tentou sair do bar, tendo o acusado desferido mais tiros a queima-roupa contra a vítima, causando-lhe a morte.

Em suas razões recursais insertas, às **fls. 385/386**, pugna o Recorrente pela diminuição da pena-base para o mínimo legal por considerá-la exacerbada, alegando, em síntese, ser primário, de bons antecedentes, trabalhador com carteira assinada e ter boa conduta social. Alfim, sem fundamentar o pedido, requer que seja submetido a novo júri.

Em sede de contrarrazões, o Ministério Público de 1º grau, às **fls. 390/392**, pugna pelo não provimento do recurso, mantendo-se a sentença condenatória.

Instada a se pronunciar, a Douta Procuradoria de Justiça, às **fls. 397/402**, opinou no sentido de ser julgado improcedente o presente recurso, devendo ser mantida a sentença guerreada.

Em seguida, vieram-me conclusos para julgamento.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 22.08.2013

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

| | |
|--------------------|--------------------------------------|
| APELAÇÃO CRIMINAL: | 0005049-67.2006.8.17.0000(0139332-4) |
| COMARCA: | SERTÂNIA |
| VARA: | 1ª VARA |
| APELANTE: | JOSÉ LUCIANO LEITE DA SILVA |
| APELADO: | MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO |
| ADVOGADO: | PAULO MARIANO MOREIRA DE CARVALHO |
| PROCURADORA: | DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ |
| RELATOR: | DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO |
| ÓRGÃO JULGADOR: | 3ª CÂMARA CRIMINAL |

VOTO

Como já relatado, pretende a defesa do Apelante que este seja submetido a novo júri e, subsidiariamente, pugna pela redução da pena-base para o mínimo legal ao argumento de que o acusado é primário, portador de bons antecedentes, de boa conduta social e trabalha com carteira assinada.

Pois bem.

Da análise atenta dos autos, percebe-se que não há que se falar em condenação contrária às provas dos autos com a finalidade de submeter o réu a novo julgamento pelo Tribunal Popular com fundamento no art. 593, inciso III, alínea "d"¹ do CPP.

Senão, vejamos:

O Recorrente, ao ser interrogado em Plenário do Júri, declarou: "(...) *que deu um tiro na Mao (sic) da vítima, que a vítima saiu do bar; que nesse instante o*

¹ Art. 593. Caberá apelação no prazo de cinco dias:

(...);

III- das decisões do Tribunal do Júri, quando:

(...);

d) – for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.



424

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

acusado se levantou para ir para sua residência; que quando saiu do bar a vítima vinha novamente para o bar e trazia a mão na cintura; que o acusado achou que a vítima ia puxar uma arma; que nesse instante desferiu os tiros contra a vítima; que dessa vez atirou contra a vítima em qualquer direção, pois já havia sido desmoralizado; que acha que a vítima estava transtornado (sic) pelas drogas; que a provocação foi tanta que levou o acusado a ter essa reação, pois não é uma pessoa disso; que não se considera uma pessoa violenta; que agiu dominado pela emoção; que não sabe dizer quantos tiros atingiram a vítima, mas não chegou a descarregar o revólver; (...).”(fls. 366).

A testemunha de acusação **José Luciano de Lima**, quando interrogado em Juízo, por ocasião da instrução processual declarou: *"(...) **que é verdade que o acusado matou a vítima; que estava no local na hora que aconteceu o fato; (...) que depois a vítima voltou bebeu novamente no copo do acusado, derramando o restante que estava na boca dentro do copo, novamente, e foi ao balcão, cochichou no ouvido do que matou e quando ele saiu, o rapaz levantou e atirou nele; que não sabe se a vítima estava de costas para o autor dos disparos; que o Mosquito estava desarmado; que dava par (sic) ver que a vítima não tinha arma; que o autor dos disparos estava com a arma, (...); que o acusado não avisou, antes, que ia atirar na vítima se ela não fosse embora; (...).**"* (fls. 150). Negritei.

Na mesma trilha foi o depoimento da também testemunha de acusação **Sigismundo Bezerra da Silva**, às fls. 151.

Cumpra ainda transcrever o seguinte trecho do depoimento prestado por **Lucidário Leite da Silva**, irmão do acusado, ouvido na qualidade de informante,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

425

às fls. 151: *"que não estava presente; que soube das coisas depois; (...) que seu irmão deu um disparo e a vítima saiu correndo; não sabe se tal disparo pegou; que depois a vítima voltou e foi na hora que seu irmão ia saindo para ir embora e se topou com ele de novo e aí deu novos disparos que causaram a morte da vítima."* (fls. 151).

Em plenário, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado por homicídio duplamente qualificado, enquanto que a defesa apresentou a tese de legítima defesa e, subsidiariamente a de homicídio privilegiado, conforme consta da Ata da Sessão do Tribunal do Júri de fls. 375.

No caso, o Corpo de Jurados optou pela versão apresentada pela acusação que lastreou-se no depoimento do acusado e das testemunhas nos autos inquiridas durante toda a instrução processual, rejeitando a tese de legítima defesa e homicídio privilegiado, aduzida pela defesa.

Assim, não há que se falar em decisão manifestamente contrária à evidência dos autos, se os jurados diante de duas teses que sobressaem do conjunto probatório optam por uma delas, exercitando, assim, a sua soberania, nos termos do que preceitua o artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição Federal.

Sobre o tema, confira-se:

(...); 3. Em respeito ao princípio da soberania dos veredictos, uma vez que o Conselho de Sentença, de acordo com a narrativa dos fatos constantes da pronúncia e com o auxílio do conjunto fático-probatório produzido no âmbito do devido processo legal, concluiu pela procedência da tese defendida pela acusação - decisão esta que, fundamentadamente, foi mantida pelo Tribunal a quo quando do julgamento do recurso de apelação -, mostra-se inviável que esta Corte Superior de Justiça proceda a um juízo de valor acerca da caracterização ou não da hipótese de legítima defesa (tese



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

sustentada pela defesa em Plenário), sob pena de imiscuir-se indevidamente na competência constitucional assegurada ao Tribunal do Júri.

4. Para que a decisão do Conselho de Sentença seja considerada manifestamente contrária à prova dos autos, é necessário que a versão acolhida não encontre amparo nos elementos fático-probatórios amealhado aos autos, o que, a toda evidência, não se verifica na espécie em análise, tendo em vista que a Corte estadual destacou, de forma fundamentada, que existem elementos concretos que dão arrimo à decisão dos jurados, tais como prova pericial e prova testemunhal produzidas em juízo.

5. Manifestamente contrária à prova dos autos é a decisão que despreza as provas produzidas, não aquela que, claramente, opta por uma das versões apresentadas em Plenário, como verificado na espécie sub examine.

(...);” (HC 170.447/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 02/05/2013, DJe 13/05/2013)

Nesse sentido também, merece vir à colação a seguinte lição do Professor **Júlio Fabbrini Mirabete**: “(...) Não é qualquer dissonância entre o veredicto e os elementos de convicção colhidos na instrução que autorizam a cassação do julgamento. Unicamente, a decisão dos jurados que nenhum apoio encontra na prova dos autos é que pode ser invalidada. É lícito ao Júri, portanto, optar por uma das versões verossímeis dos autos, ainda que não seja eventualmente essa a melhor decisão.” (*In Código de Processo Penal Interpretado, 6ª Edição, Editora Atlas, página 751*).

Ademais, a versão de legítima defesa apresentada pelo acusado não se coaduna com dados constantes do Auto de Exame Cadavérico de **fls. 11/11v**, pois sua reação foi imoderada e desproporcional ao injusto supostamente sofrido, descaracterizando assim, a referida excludente de ilicitude.



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

Quanto ao pedido de diminuição da reprimenda:

O juiz sentenciante, ao tratar da dosimetria da pena, às **fls. 373**, assim se pronunciou: *"o réu é primário, não existindo registro anterior de qualquer condenação definitiva que venha a desabonar esta circunstância. Quanto à culpabilidade, agiu entendendo o caráter ilícito de sua conduta, sendo que lhe era exigível ação diversa, tendo desferido e atingido 07 (sete) disparos contra a vítima. A conduta social é a do homem comum. A personalidade não tem como ser valorada ante a insuficiência de elementos nos autos suficientes à aferição. Os motivos foram injustificáveis. As circunstâncias foram apreciadas pelo Conselho de Sentença, tornando-se irrelevante neste momento, uma vez que serão levadas em consideração para qualificar o delito, preservando-se a inoccorrência do bis in idem . As consequências foram graves ante a perda de jovem vida humana. O comportamento de vítima não contribuiu para o resultado."*

Como se observa do excerto acima, o juiz singular considerou como desfavoráveis ao acusado as seguintes circunstâncias: a culpabilidade, os motivos e as consequências do crime e ainda, o comportamento da vítima, o que o motivou a fixar a pena-base do crime de homicídio duplamente qualificado, em patamar um pouco acima do mínimo legal, mas em decisão devidamente fundamentada.

Nesse contexto, e à luz do que preceitua o art. 59 do Código Penal, bem como dos arts. 5º, XLVI e 93, IX, da Constituição Federal inexistente irregularidade na fixação da pena-base acima do mínimo legal abstratamente previsto, quando foram apontados, clara e precisamente, pelo magistrado sentenciante os motivos pelas quais considerou desfavoráveis determinadas circunstâncias judiciais, justificando a fixação da pena-base em patamar superior ao mínimo legal, como no caso em análise.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio


À propósito:

"(...) 3. Decidindo o Magistrado singular que as circunstâncias desfavoráveis apontadas são suficientemente idôneas para a fixação da pena-base em patamar acima do mínimo legal previsto, não poderia este Superior Tribunal de Justiça sobrepor-se, simplesmente, a tal entendimento, salvo, é claro, evidente ilegalidade, o que não ocorre na espécie.(...)." (HC 100516/MS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 19/06/2008, DJe 25/08/2008)

Desse modo, o magistrado sentenciante, dentro de uma discricionariedade juridicamente vinculada, atendeu as particularidades do caso concreto, guiando-se pelos fatores descritos no *caput* do art. 59 do Código Penal, não deixando de analisar individualmente e indicar, dentro destes parâmetros, os motivos pelos quais considerou favoráveis ou desfavoráveis as circunstâncias judiciais, não havendo, portanto, que se falar em excesso ou erro na aplicação da pena.

Com esses fundamentos VOTO PARA NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a sentença recorrida em todos os seus termos.

Recife, 28.05.2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



0020
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
429

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0139332-4

COMARCA: Sertânia - Vara Única
APELANTE: **José Luciano Leite da Silva**
APELADO: Ministério Público Estadual
PROCURADORA: Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
REVISOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

VOTO DO REVISOR

Trata-se de Apelação Criminal interposta pelo Bel. Bartolomeu Brasileiro de Melo, em favor de **José Luciano Leite da Silva**, qualificado às fls. 02, contra a Sentença de fls. 372/374, datada de 26 de novembro de 2011, que condenou o acusado à pena de 14 (quatorze) anos e 06 (seis) meses de reclusão pela prática do delito tipificado no Art. 121, §2º, II e IV, CP (Homicídio Duplamente Qualificado).

Narra a Denúncia (fls. 03/05) que, no dia 15 de setembro de 2000, no "Bar da Caveira", no Alto do Cemitério, por volta das 15h00m, a vítima LUÍS CARLOS VALÉRIO DA SILVA e o recorrente ingeriam bebida alcoólica. Entretanto, como o ofendido não possuía muitos recursos, bebia no copo dos demais clientes do bar. Assim, ao beber no copo do ora Apelante acabou provocando a irritação deste, o qual lhe empurrou.

Não satisfeito, o acusado ainda sacou um pistola calibre 765 e desferiu diversos tiros contra o ofendido. Mesmo baleada, a vítima continuou andando, oportunidade em que o acusado se aproximou e desferiu outros tiros à queima-roupa, ocasionando a morte daquele.

No arrazoado recursal (fls. 385/386), a defesa sustenta a ilegalidade da pena aplicada, a qual seria excessiva em virtude da primariedade e dos bons antecedentes do acusado, devendo ter sido aplicada no mínimo legal. Ao final, sem apresentar qualquer fundamentação, ainda requer a anulação da decisão a fim de que o acusado seja submetido a novo Júri.

Em sede de Contrarrazões, o Ministério Público requereu a manutenção do julgado (fls. 389/392).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr^a. Laíse Tarcila rosa de Queiroz, ofereceu promoção pelo improvimento do Apelo, requerendo a manutenção do *Decisum* de 1º Grau (fls. 299/302).

O recurso não merece prosperar.

Como sabido, a anulação do julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, conforme preceitua o art. 593, III, "d", do CPP, **só é possível na hipótese em que a decisão resta manifestamente dissociada do conjunto probatório carreado aos autos**, tendo em vista a soberania constitucional dos julgados do Conselho de Sentença, como resguardado no texto da CF (Art. 5º, XXXVIII, "c").

No caso concreto presente, observo que não restam dúvidas acerca da materialidade do delito, estando a mesma devidamente comprovada através do Auto de Exame Cadavérico (fl. 11) e do mapa topográfico para localização de lesões (fls. 12/13).

Em relação à autoria, como relatado, a defesa utiliza-se de alegação genérica, requerendo exclusivamente a realização de novo Júri, sem, contudo, explicitar os motivos pelos quais a decisão do Conselho de Sentença deveria ser invalidada.

Ainda assim, em respeito ao Princípio da Ampla Defesa, passo à análise da Autoria delitiva.

Ainda na Delegacia de Polícia (fls. 26/27) o acusado confessou a prática do crime, sustentando que perdeu a paciência em virtude de algumas condutas do acusado, o qual teria lhe empurrado, ingerido de sua bebida e ainda o ameaçado.

As testemunhas presenciais SIGISMUNDO BEZERRA DA SILVA e JOSÉ LUCIANO DE LIMA (FL. 15/17) também apontaram o réu como autor do crime.

Em juízo (fl. 128), o ora recorrente, apesar de negar a prática do crime, apresenta versão bem parecida com aquela sustentada na fase inquisitorial. Todavia, argumenta que a vítima, após provocá-lo, investiu contra a sua pessoa, motivo pelo qual sacou o revólver e atirou na direção daquela. O ofendido, então, teria saído do bar e retornado logo depois, agora de posse de um revólver, afirmando que mataria o Apelante. Diante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

dessa situação, diz que não teve outra opção a não ser efetuar os disparos, agindo, portanto, em legítima defesa.

Também em juízo as já citadas testemunhas presenciais mantiveram os seus depoimentos e, apesar de confirmarem que a vítima provocou o réu, novamente afirmaram que o acusado atirou contra ela. JOSÉ LUCIANO chegou a relatar, inclusive, que o ofendido não estava armado (fls. 150/152).

Na sessão do Júri, conforme se observa da Ata constante às fls. 375, a defesa apresentou a tese da legítima defesa, e, subsidiariamente, a de homicídio privilegiado, não logrando êxito em quaisquer delas.

Portanto, sendo apresentadas ao Conselho de Sentença duas teses, e, tendo sido aceita uma, que possui extenso lastro probatório, não é possível anular a referida decisão, em virtude da já citada soberania constitucional.

Por fim, no que concerne à dosimetria, também não merece prosperar a pretensão da defesa.

Os Jurados entenderam que o crime foi praticado por motivo fútil e mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima. Assim, ao dosar a reprimenda do acusado, a magistrada singular assim versou (f. 373):

"O réu é primário, não existindo registro anterior de qualquer condenação definitiva que venha a desabonar esta circunstância. Quanto à culpabilidade, agiu entendendo o caráter ilícito de sua conduta, sendo que lhe era exigível ação diversa, tendo desferido e atingido 07 (sete) disparos contra a vítima. A conduta social é a do homem comum. A personalidade não tem como ser valorada, ante a insuficiência de elementos nos autos suficientes à aferição. Os motivos foram injustificáveis. As circunstâncias foram apreciadas pelo Conselho de Sentença, tornando-se irrelevante neste momento, uma vez que serão levadas em consideração para qualificar o delito, preservando-se a inocorrência do bis in idem. As consequências foram graves, ante a perda da vida humana. O comportamento da vítima não contribuiu para o resultado." (grifei)

Dessa maneira, tendo em vista que a pena mínima do Homicídio Qualificado é de 12 (doze) anos, a magistrada sentenciante, na primeira fase dosimétrica, após análise das circunstâncias judiciais, fixou a reprimenda em 15 (quinze) anos. Entendendo presente a atenuante da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

confissão espontânea, diminuiu em 06 (seis) meses, a qual se tornou definitiva em 14 (quatorze) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em face da ausência de causas de aumento ou de diminuição de pena.

Portanto, parece-me justa e razoável a fixação de pena em patamar um pouco superior ao mínimo cominado pelo tipo, uma vez que nem todas as circunstâncias judiciais foram favoráveis ao réu, o que autoriza a aplicação da reprimenda um pouco acima do mínimo previsto para o tipo penal, sendo absolutamente respeitado o Princípio do Livre Convencimento Motivado, inexistindo ilegalidade a ser sanada.

Assim, **julgo improcedente** o presente Apelo, **mantendo-se** a decisão condenatória em todos os seus termos.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Revisor